

O BLEFE DAS METAS

(Especial para o "Correio do Povo")

GUSTAVO CORÇÃO

Deixando de lado Brasília e a indústria automobilística, dos quais já temos falado mais de uma vez, tomemos uma das metas mais razoáveis, a da energia elétrica, para mostrar que no famoso programa presidencial, quando não há fantasias ou aplicações perdulárias do que não temos, há uma outra espécie de blefe.

Para melhor explicação tomemos as publicações oficiais relativas ao assunto. No Volume II do "Plano de Desenvolvimento Econômico", elaborado pelo Conselho do Desenvolvimento e dedicado especialmente à Meta Energia Elétrica lemos no primeiro parágrafo do primeiro capítulo, curiosamente intitulado "Conclusões Gerais", o seguinte: "Como já tem sido sobejamente divulgado, resultado do estudo das tendências de crescimento do consumo de energia elétrica no Brasil que, para ser mantido o ritmo de crescimento observado nos últimos anos, torna-se necessário atingir uma potência instalada em todo o país de 5 milhões de kilowatts em 1960 e de 8 milhões em 1965, sendo para tanto preciso instalar 2 milhões adicionais de potência até 1960, bem como planejar e iniciar obras, nesse mesmo período, para conclusão entre 1961 e 1965 num montante de 3 milhões". Ora, aí está, neste parágrafo que acabamos de ler, uma redação que não podia ser mais sensata e mais modesta, e da qual se depreende que temos de proporcionar a instalação de mais 2 milhões de kw de potência em funcionamento se quisermos, apenas, acompanhar o ritmo observado nos anos anteriores. Mas nos discursos nas horas de grande exaltação cívica, a Meta não tem esse caráter modesto de rotina e de continuação de obra alheia; ao contrário, toma aspectos de ousada aventura, de inovação, de inusitado ritmo de progresso. Para fazer 50 em 5, como propunha o atual presidente, teríamos de providenciar, não se sabe como, a instalação de vinte ou trinta milhões de quilowatts. A redação oficial da Meta, feita por algum técnico mais ajuizado, não nos promete mais do que a simples continuação dos períodos anteriores.

Aconteceu, porém uma coisa que vai passando despercebida do público e até da oposição: no último ano deste governo, e com os dados que estão ao alcance de todos, é evidente que nem o ritmo de crescimento do período anterior foi atingido por este governo. Apesar de todo o seu desenvolvimentismo e de todas as metas, este governo produzirá um acréscimo percentual menor do que o governo anterior em energia elétrica. Precisava 2 milhões e nem 1 milhão consegue. O acréscimo percentual do governo anterior foi superior a 50%, como é fácil verificar no bonito folheto que o Observador Econômico publicou sobre Furnas em março de 1958. O acréscimo percentual do atual governo não chegará a 30%. E assim, em termos de aceleração, podemos dizer que andamos para trás. Em termos de valores estáticos podemos dizer que a meta da energia elétrica foi um blefe.

Até hoje não foram instaladas e postas em funcionamento senão pequenas parcelas (relativamente pequenas) que não totalizam 500 mil kw; esperávamos da Light um acréscimo de cerca de 500 mil, que seria a parcela mais importante da Meta, mas já temos notícia de que, dessa parcela, cerca de 100 mil não serão inauguradas dentro de um ano por causa da interrupção das obras. Trata-se de Ponta Coberta, usina destinada a suprir as deficiências da zona Rio com uma potência de noventa mil quilowatts. Ao que fomos informados, pararam as obras de Ponta Coberta por causa de atrasos na burocracia do Banco do Desenvolvimento Econômico relativos ao financiamento obtido pela empresa no estrangeiro e entravado aqui no território nacional. Fica assim patente que o atual governo, além de não favorecer a realização da parcela esperada e prometida, ainda entrava os que querem trabalhar. O resultado será o agravamento da crise de energia elétrica no Rio, que já se faz sentir.

Mas não se reduz a esse fracasso o que chamamos blefe da meta de energia elétrica. Tem outras dimensões e outros aspectos. Um desses, que me parece mais curioso por se tratar de um vezo que está invadindo os domínios da técnica é o que poderíamos chamar soma de quantidades heterogêneas. Para melhor compreensão leiamos o parágrafo seguinte do mesmo volume de metas, e verificaremos que o redator, que começou com tanta modestia, entrou em delírio.

Depois de reconhecer a necessidade de instalarmos mais 2 milhões de quilowatts até 1960 para mantermos o ritmo anterior, o redator do volume escreve estas cifras:

1) Capacidade adicional a ser instalada até 1960:
Já concluída em 1956 — 426.200.
Em construção ou programada — 1.703.200.

2) Capacidade adicional prevista para depois de 1960:
Já em construção ou programada — 1.960.800.
A programar — 1.900.000.
Total: 3.860.000.

Deixo de lado a crítica à exatidão dos números (porque não temos em construção a ser terminada antes de fins de 60 o total de 1.703.200 kw) para pedir a atenção do leitor toda concentrada para aquela sutil parcela chamada "A Programar". A Programar depois de 1960 é tudo, meus amigos,

tudo o que brasileiros e estrangeiros vão fazer até o dia do juízo final se até lá durar o Brasil. Vale tudo! Soma-se tudo! Somam-se quilowatts atuais, reais, em funcionamento, com quilowatts no papel, e até com quilowatts no sonho, na fantasia e na esperança. O que admira, meus senhores, é que esta parcela "A Programar" monte somente a 1.900.000 kw. Por que os novecentos? Por que não tres milhões? E o que ainda mais admira é a coragem que o técnico teve de somar todos aqueles números num total de 3.860.000 que não querem dizer absolutamente nada. Já observei, aliás, que nos cadernos e publicações relativas à energia elétrica, houve um fenômeno que se estendeu e que se generalizou, e que consiste no uso desmedido dos futuros dos verbos. Tudo está "em construção", "programado" e "a ser programado". E' com grande esforço que se consegue destrinçar o que existe da nuvem de coisas que vão existir. Ora, esse fenômeno é curioso e por isso garantir que em minha vida profissional é novidade. O técnico é sobretudo um homem com os pés plantados no chão da realidade presente e atual, e é o tipo de homem menos indicado para profetizar e sobretudo para profetizar em números. No caso da energia elétrica há um embuste fácil de passar adiante e de produzir sensação. E' o de tomar a capacidade natural de uma cachoeira, ou de um desnível de águas, como cifra representativa do progresso e do futuro do Brasil. Assim é que, no número de dezembro de 58 da revista "Águas e Energia Elétrica" publicada pelo Conselho de Águas

e Energia Elétrica, vê-se, estampado um total de 24.750.000 kw no qual se incluem Nova Iguaçu e Sete Quedas. Mas é preciso avisar ao leitor que essas cifras se referem às reservas naturais do país e não ao trabalho de nenhum governo. Antes de Pedro Álvares Cabral desembarcar nestas terras, já lá estavam os milhões de quilowatts em Iguaçu e Sete Quedas. Se é lícito programar a energia disponível na natureza, e somar esta parcela ao pouco que já montamos e que funciona, por que então não programar vasta quantidade de bilhões de quilowatts de energia solar que este grande país recebe de graça? Por que não programar a energia nuclear de toda a matéria desintegrável ou mesmo de toda a matéria que possa ser considerada em extensão e profundidade como legitimamente brasileira?

Mas há ainda um terceiro aspecto de blefe nas metas deste governo, sobretudo na da energia elétrica. Consiste no desembaraço com que o governo toma a autoria do que pertence à atividade imamente da sociedade. Não foi o governo que fez os tres milhões de quilowatts que hoje funcionam no Brasil e que são poucos. Foram brasileiros e estrangeiros. Foi a sociedade. Se um governo quer ajudar a sociedade na sua atividade imamente, a primeira coisa que tem a fazer é não atrapalhar. E se um governo excelente conseguir o prodígio de não atrapalhar, e até de ajudar um pouco as empresas que trabalham pela prosperidade do país, ainda assim não me parece decente que tal governo se apresente como autor de tal obra.